

Administração - Rua do Chico Nunes, 173 - Jardim Rebouças - São Paulo/SP CEP: 05374-110 - Fone: 5844-1915
Rua do Chico Nunes, 241 - CEP: 05374-110 - Telefax: 5841-9162 - São Paulo/SP Rua Borges Lagoa. 1.555 - CEP: 04038-034 - Telefax: 5571-6801 - São Paulo/SP Rua Dom João Batista Nery, 381 - CEP: 04467-050 - Telefax: 5611-0464 - São Paulo/SP

Certificado de Entidade Beneficiente de Assistência Social - Registro na Secretaria Promoção Social nº.239 Fundada em 1º de Dezembro de 1.938 / Utilidade Pública Federal / Utilidade Pública Estadual /

CNPJ: 62.440.045/0001-34 CNPJ: 62.440.045/0002-15

CNPJ: 62.440.045/0003-04

CNPJ: 62.440.045/0004-87

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.017

ATIVO	2.017	2.016	PASSIVO	2.017	2.016
CIRCULANTE			CIRCUI ANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	914.597,64	999.766.01	Fornecedores	(121 583 66)	(124 500 35)
Aplicações financeiras	175.850,41	173.968.38	Outras contas a pagar	(102 501 02)	(121,066,03)
Contas a receber	154.378,60	128.238,05	Salários e férias a pagar	(369.211,80)	(223.883,88)
Despesas antecipadas Adiantamentos	19.771,49	55.019,17	Total do passivo circulante	(593.296,48)	(469.450,26)
Total do ativo circulante	1.513.316,58	1.585.624,00	NÃO CIRCULANTE Contingências	1	
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos	970,00	970,00	Patrimônio social	(3.724.965.05)	(3.724.965.05)
Imobilizado	1.117.321,04	1.189.368,74	Superávit/Déficit social	1.418.452.57	620.426.96
Total do ativo não circulante	1.118.291,04	1.190.338,74	Superávit/Déficit do exercício	268.201,34	798.025,61
15			Total do patrimônio líquido	(2.038.311,14)	(2.306.512,48)
TOTAL DO ATIVO	2.631.607,62	2.775.962,74	TOTAL DO ATIVO	(2.631.607.62)	(2.775.962.74)
		111			

Cristina Vidigal X.da Silveira Ceragioli Diretora Financeira

Vera Helena Mendonça Pires Oliveira Dias Piretora Presidente

Roberto Luis Silva CRC:1SP212896/0-7



CNPJ: 62.440.045/0001-34 CNPJ: 62.440.045/0002-15 CNPJ: 62.440.045/0003-04 CNPJ: 62.440.045/0004-87

DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.017

	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA BRUTA		
Receitas de doações, projetos e eventos	7.729.198,65	6.829.890,90
Outras receitas operacionais	585.346,14	610.402,95
Receitas com gratuidades	1.341.952,84	1.390.977,10
TOTAL DE RECEITA	9.656.497,63	8.831.270,95
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	3.026.531,12	3.048.463,71
Despesas com depreciação	143.790,89	145.401,42
Despesas com folha de pagamento	5.491.115,50	5.189.373,28
Despesas com gratuidades	1.341.952,84	1.390.977,10
TOTAL DE DESPESAS	10.003.390,35	9.774.215,51
RESULTADO DO PERÍODO (SUPERÁVIT/DÉFICIT)		
ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(346.892,72)	(942.944,56)
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas Financeiras	89.594,29	155.026,06
Despesas Financeiras	10.902,91	10.107,11
RESULTADO DO PERÍODO (DÉFICIT)	(268.201,34)	(798.025,61)

Cristina Vidigal X.da Silveira Ceragioli Diretora Financeira

CRC:1SP212896/O-7

Vera Helena Mendonça Pires Øliveira Dias Diretora Presidente



CNPJ: 62.440.045/0001-34 CNPJ: 62.440.045/0002-15 CNPJ: 62.440.045/0003-04 CNPJ: 62.440.045/0004-87

DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.017

	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA BRUTA		0.000
Donativos e Contribuições	278.985,36	297.249,63
Convênios Públicos	5.321.816,21	4.792.113,81
Subvenções Públicas	344.969,22	415.064,81
Receitas de Projetos	145.523,63	128.609,25
Receitas de Eventos	1.637.904,23	1.196.853,40
Outras Receitas	585.346,14	610.402,95
Receitas Gratuidades	1.341.952,84	1.390.977,10
TOTAL DE RECEITA	9.656.497,63	8.831.270,95
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com Pessoal		
Despesas com Pessoal	4.837.629.57	4.684.342,35
Encargos com Pessoal	796.149.75	551.635,86
Outras Despesas com Pessoal	85.913,40	93.958,17
Serviços Contratados	551010,10	00.000,11
Serviços Prestados Pessoa Física	6.297,94	10.727.75
Serviços Prestados Pessoa Jurídica	238.880,56	247.529,28
Despesas Manutenção/Conservação	200.000,00	241.023,20
Manutenção/Conservação Edificios	177.110,29	393.547.86
Manutenção/Conservação Equipamentos	38.897,81	44.978,47
Despesas Gerais e Administrativas	30.037,01	44.370,47
Água, Gás e Energia Elétrica	169.307.69	162.598,74
Despesas com Veículos	16.073,48	17.254,68
Seguros Contratados	6.033,44	6.908.96
Telefone	29.362,81	24.024.25
Material de Consumo/Escritório	1.115.316,93	
Despesas com Atividades Sociais e Culturai	132.827,54	1.210.341,22
Despesas com Eventos	297.348,91	95.965,34
Impostos e Taxas	297.346,91	281.616,61
Impostos Municipais	000 47	000.00
Impostos Federais	936,47	890,68
Depreciação	1.987,50	444,01
Despesas com Depreciação	440 700 00	
Provisões	143.790,89	145.401,42
Provisão de Férias/13º Salário	567.572,53	411.072,76
Despesas Gratuidades	0071072,00	711.072,70
Despesas Gratuidades	1.341.952,84	1.390.977,10
TOTAL DE DESPESAS	10.003.390,35	9.774.215,51
RESULTADO DO PERÍODO (SUPERÁVIT/DÉFICIT)		
ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(346.892,72)	(942.944,56
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas Financeiras	90 504 90	452 000 00
Despesas Financeiras	89.594,29	155.026,06
	10.902,91	10.107,11
RESULTADO DO PERÍODO (DÉFICIT)	(268.201,34)	(798.025,61)

Cristina Vidigal X da Silveira Ceragioli Diretora Financeira

Roberto Juis Silva CRC:1SP212896/O-7

Vera Helena Mendonça Pires Oliveira Dias



CNPJ: 62.440.045/0001-34 CNPJ: 62.440.045/0002-15 CNPJ: 62.440.045/0003-04 CNPJ: 62.440.045/0004-87

DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 POR ÁREA DE ATUAÇÃO

	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS SERVIÇOS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO		
Centro de Educação Infantil - CEI Anna Cândida Brasil Navarro	1.749.642,23	1.702.480,83
Centro de Educação Infantil - CEI Ana Claudina Carvalho F. de Camargo	1.956.077,71	1.677.227,82
Centro de Educação Infantil - CEI Maria Estefano Maluf	1.565.414,08	1.529.338,15
Total	5.271.134,02	4.909.046,80
DESPESAS PROGRAMAS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO		
Centro de Educação Infantil - CEI Anna Cândida Brasil Navarro	1.961.436,45	1.864.857,13
Centro de Educação Infantil - CEI Ana Claudina Carvalho F. de Camargo	2.199.113,62	1.872.205,48
Centro de Educação Infantil - CEI Maria Estefano Maluf	1.809.498,13	1.734.461,18
Total	5.970.048,20	5.471.523,79
SUBTOTAL ÁREA DE EDUCAÇÃO	(698.914,18)	(562.476,99
RECEITAS SERVIÇOS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Centro para Crianças e Adolescentes - Nossa Vida, Nossa Arte	882.862,21	874.865,23
Centro para a Juventude I e II - Educação Empreendedora para Jovens	873.793,50	795.863,19
Total	1.756.655,71	1.670.728,42
	,	
DESPESAS PROGRAMAS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Centro para Crianças e Adolescentes - Nossa Vida, Nossa Arte	1.215.617,03	1.362.439,24
Centro para a Juventude I e II - Educação Empreendedora para Jovens	1.154.403,88	1.257.051,39
Total	2.370.020,91	2.619.490,63
SUBTOTAL ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	(613.365,20)	(948.762,21)
RECEITAS ADMINISTRATIVAS		
Administração Central	225.850,93	284.136,51
Desenvolvimento Institucional	2.492.451,26	2.122.385,28
Total	2.718.302,19	2.406.521,79
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Administração Central	1.112.233,77	1.110.450,08
Desenvolvimento Institucional	561.990,38	582.858,12
Total	1.674.224,15	1.693.308,20
SUBTOTAL ÁREA ADMINISTRATIVA	1.044.078,04	713.213.59
TOTAL GERAL DE RECEITAS	9.746.091.92	8.986.297,01
OTAL GERAL DE DESPESAS	10.014.293,26	9.784.322,62
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	(268.201,34)	(798.025,61)

Cristina Vidigal X.da Silveira Ceragioli

Diretora Financeira

Roberto Luis Sitva CRC:1SP212896/O-7

Vera Helena Mendonça Pires Oliveira Dias



CNPJ: 62.440.045/0001-34 CNPJ: 62.440.045/0002-15 CNPJ: 62.440.045/0003-04 CNPJ: 62.440.045/0004-87

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.017

	Patrimonio	Superavit (Déficit)	Total
	Social	Acumulados	
Saldos em 31 de Dezembro de 2.015	3.724.965,05	(620.426,96)	3.104.538,09
Superávit (Déficit) do Exercício	1	(798.025,61)	(798.025,61)
Saldos em 31 de Dezembro de 2.016	3.724.965,05	(1.418.452,57)	2.306.512,48
Superávit (Déficit) do Exercício	æ	(268.201,34)	(268.201,34)
Saldos em 31 de Dezembro de 2.017	3.724.965,05	(1.686.653,91)	2.038.311,14

Robeito Luis Silva CRC:1SP212896/0-7

Cristina Vidigal X.da Silveira Ceragioli Diretora Financeira Vera Holena Mendonça Pires Oliveira Dias



CNPJ: 62.440.045/0001-34 CNPJ: 62.440.045/0002-15 CNPJ: 62.440.045/0003-04

CNPJ: 62.440.045/0004-87

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.017

	2.017	2.016
×		
Superávit (Déficit) do Exercício	(268.201,34)	(798.025,61)
Outros Resultados Abrangentes	(II)	C
Resultado Abrangente Total do Exercício	(268.201,34)	(798.025,61)

Cristina Vidigal X.da Silveira Ceragioli Diretora Financeira

CRC:1SP212896/0-7 Roberto Luis Silve

Vera Helena Mendonça Pires Oliveira Dias Diretora Presidente



CNPJ: 62.440.045/0001-34 CNPJ: 62.440.045/0002-15 CNPJ: 62.440.045/0003-04 CNPJ: 62.440.045/0004-87

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.017

	2.017	2.016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do exercício	(268.201,34)	(798.025,61)
Ajustes para reconciliar o déficit do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:	(200,201,01)	(750,025,01)
Depreciações	143.790,89	145.962,13
Baixa de provisão para riscos e processos judiciais		(13.228,38)
Baixa de itens do ativo imobilizado	20.166,68	1.593,95
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	26.140,55	(64.793,47)
Adiantamentos a fornecedores	35.247,68	(1.831,74)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	51.604,69	(47.377,51)
Obrigações sociais a recolher	(20.292,30)	8.576,35
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(11.543,15)	(769.124,28)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e valores mobiliários	(1.882,03)	708.832,20
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(71.743,19)	(30.967,11)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(73.625,22)	677.865,09
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(85.168,37)	(91.259,19)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	999.766,01	1.091.025,20
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	914.597,64	999.766,01
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(85.168,37)	(91.259,19)
Clibi	Rost.	->
Cristina Vidigal X.da Silveira Ceragioli	Roberto Luís Silva	

Diretora Financeira

Maria Bernadette Anhaia Mello de Magalhães

Director Provident



CNPJ: 62.440.045/0003-04 CNPJ: 62.440.045/0004-87 CNPJ: 62.440.045/0001-34 CNPJ: 62.440.045/0002-15

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.017

2.016	5.504.428,25 155.026,06 3.326.842,70	8.986.297,01	5.329.936,38	1.334,69	438.526,33	4.014.525,22	9.784.322,62	(798.025,61)	2 total	Roberto Luis Silve CRC:1SP212896/0-7
2.017	5.945.770,79 89.594,29 3.710.726,84	9.746.091,92	5.719.692,72	2.923,97	216.008,10	4.075.668,47	10.014.293,26	(268.201,34)		-Rad
	ORIGEM DE RECURSOS Doações e Subvenções Ganhos Líquidos (Mercado Renda Variável) Outros Recursos	Total das Origens	APLICAÇÃO DE RECURSOS Ordenados (Inclusive Encargos Sociais)	Impostos, Taxas e Contribuições	Despesas de Manutenção	Outras Despesas	Total das Aplicações	SUPERÁVIT/DÉFICIT		Cristina Vidigal X.da Silveira Ceragioli Diretora Financeira

Vera Helena Mendonça Pires Oliveira Dias

Demonstrações Financeiras

Associação Obra do Berço

31 de dezembro de 2017 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial Demonstração do superávit/ déficit	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração do fluxo de caixa do exercício	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Administradores **Associação Obra do Berço** São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Obra do Berço ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Obra do Berço em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Associação Obra do Berço para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por outro auditor que, em seu relatório de auditoria datado de 30 de maio de 2017, expressou opinião não modificada sobre essas demonstrações.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião com ressalva. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de junho de 2018.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

Lazaro Angelim Serruya Contador CRC-1DF015801/O-7

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	915	1.000
Títulos e valores mobiliários	176	174
Contas a receber	154	128
Adiantamentos a fornecedores	20	55
Adiantamentos a funcionários	249	229
Total do ativo circulante	1.513	1.586
Não circulante		
Investimento	1	1
Imobilizado	1.117	1.189
Total do ativo não circulante	1.118	1.190
Total do ativo	2.632	2.776
	2017	2016
Passivo e patrimônio líquido		2010
Circulante		
Fornecedores	122	125
Obrigações sociais a recolher	103	121
Obrigações trabalhistas a pagar	369	224
Total do passivo circulante	593	469
Patrimônio líquido	0.000	0.007
Patrimônio social	2.038	2.307
Total do patrimônio líquido	2.038	2.307
Tatal da nassius	2.622	0.770
Total do passivo	2.632	2.776

Demonstração do resultado 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta		
Receita de doações, projetos e eventos	7.729	6.832
Outras receitas operacionais	585	610
Receitas com gratuidades	1.342	1.391
Total de receita	9.656	8.833
Despesas operacionais Despesas gerais e administrativas Despesas com depreciação Despesas com folha de pagamento Despesas com gratuidades	(3.026) (144) (5.491) (1.342)	(3.048) (145) (5.189) (1.391)
Total de despesas	(10.003)	(9.773)
Resultado do exercício		
antes do resultado financeiro	(347)	(940)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	89	154
Despesas financeiras	(11)	(10)
Déficit do exercício	(269)	(796)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

_	Patrimônio social	(Déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.103		3.103
Déficit do exercício Redução do patrimônio social pela absorção		(796)	(796)
do déficit do exercício	(796)	796	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.307		2.307
Déficit do exercício Redução do patrimônio social pela absorção		(269)	(269)
do déficit do exercício	(269)	269	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.038		2.038

Demonstração do fluxo de caixa do exercício 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais Déficit do exercício Ajustes reconciliação déficit do exercício com caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	(269)	(796)
Depreciações Baixa de provisão para riscos e processos judiciais Baixa de itens do ativo imobilizado	144	145 (13)
Baixa de itens do ativo imobilizado	(21)	1
Redução (aumento) nos ativos operacionais: Contas a receber Adiantamentos a fornecedores	26 (15)	(65) (2)
Aumento (redução) nos passivos operacionais: Fomecedores Obrigações sociais a recolher Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(3) 127 (11)	(48) 10 (768)
Fluxo de caixa das atividades de investimento Títulos e valores mobiliários Aquisição de bens do ativo imobilizado Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(2) (72) (74)	709 (31) 678
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(85)	(90)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.000 915	1.090 1.000
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(85)	(90)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. Informações gerais

A Associação Obra do Berço ("Entidade") é uma Associação beneficente, sem fins econômicos, com sede e foro na cidade de São Paulo, Capital, à Rua do Chico Nunes, 173 - Jardim Rebouças - CEP: 05734-110.

Sua constituição é por tempo indeterminado visando a promoção da educação, da assistência social, dos direitos humanos, incluindo o amparo a todos que se encontrem em situação de exploração, vulnerabilidade e risco social e pessoal.

Tem como missão promover ações educativas, culturais, sociais e de saúde à criança, ao jovem, ao adolescente e às famílias, visando à formação de um ser humano participativo e consciente de seu papel como cidadão.

É uma entidade beneficente de Assistência Social e de utilidade pública estadual e municipal, fundada em 1938 pela religiosa Mère Amedée, do Colégio Nossa Senhora de Sion, na cidade de São Paulo, com o propósito de confeccionar e distribuir enxovais a recém-nascidos carentes.

Em Ofício de número 2945/2017, de 21 de agosto de 2017, a Coordenação de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CGCEBAS/MEC, informou o DEFERIMENTO, ao requerimento de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS Nº 23000.0098923/2012-51, referente ao período de 14/12/2012 à 13/12/2015.

Em 20 de novembro de 2015, a Associação deu entrada com pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, conforme Aviso de Recebimento - Ministério da Educação - 20/11/2015 - José Armando de Souza -0039722. O processo permanece em análise.

A Associação é regulada pelo Código Civil Brasileiro e, por não ter característica de pessoa jurídica nem de empresa, não está sujeita ao pagamento de tributos sobre o faturamento, sendo sujeita apenas ao pagamento do Programa de Integração Social - PIS, com base na folha de pagamento, das contribuições previdenciárias e dos impostos retidos na fonte.

A Diretoria autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 19 de junho de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

2. Principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (pronunciamento técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC), as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que já foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, especificamente a NBC ITG 2002, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, e a NBC TG 07 (R1), alterada e consolidada em 11 de dezembro de 2013 e as alterações das normas ITG 2002 (R1), que alterou a ITG 2002, publicada no Diário Oficial da União, em 21 de agosto de 2015, relativas a entidades sem fins lucrativos e subvenção e assistência governamentais.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Apuração do déficit/superávit

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência dos exercícios. As receitas correspondem, principalmente, às receitas de contribuições e doações vinculadas a projetos relacionados à Associação.

2.4. Doações e contribuições

As doações e contribuições recebidas que visam ao patrocínio de Serviços e Projetos, bem como a receita financeira resultante da aplicação desses recursos antes de sua alocação ao Serviço e/ou Projeto, foram aplicadas em suas finalidades institucionais, em conformidade com o Estatuto Social. As doações e contribuições espontâneas e sem destinação específica são reconhecidas na rubrica "Receitas com doações" e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem em fundos de caixa e recursos em contas-correntes bancárias de livre movimentação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

2. Principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Títulos e valores mobiliários

Demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras ou pelo valor justo de mercado, se este for inferior.

2.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada de forma linear com base na estimativa da vida útil-econômica de cada ativo ou componentes de um ativo. O valor residual, a vida útil dos ativos e o método de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

2.8. Provisão para riscos trabalhistas

Constituída para causas cujos riscos de perda são avaliados como prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração da Associação, considerando a natureza dos processos e a experiência dos assessores jurídicos e da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado de causas que os questionem.

2.9. Provisão para férias e encargos sociais

Constituída com base na remuneração dos empregados e nos direitos adquiridos nas datas de encerramento dos exercícios, incluindo o abono de férias e os respectivos encargos.

Nos Demonstrativos Financeiros a apropriação dos adiantamentos consta no Ativo Circulante e as provisões para pagamentos constam no Passivo Circulante.

2.10. Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Associação, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à determinação da provisão para riscos e à determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	2	2
	ა	3
Bancos conta movimento	912	997
	915	1.000

4. Títulos e valores mobiliários

Representam operações de renda fixa que têm por objetivo buscar a valorização das cotas por meio da aplicação dos recursos em carteiras diversificadas de ativos financeiros, remunerados a taxas que variam de 78 a 94% em 2017, (77% a 94,72% em 2016) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber

Representam contribuições mensais da Prefeitura do Município de São Paulo para os Serviços conveniados, sendo R\$154 em 31 de dezembro de 2017 (R\$128 em 31 de dezembro de 2016).

6. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada		Valor Iíquido
Edifícios	4	2.175	1.386	789	876
Equipamentos, móveis e utensílios	10 a 20	921	626	295	286
Instalações	10	147	114	33	27
-		3.243	2.126	1.117	1.189

A movimentação do ativo imobilizado é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015 Adições	<u>1.304</u> 31
Baixas	(1) (145)
Depreciações Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.189
Adições	72
Depreciações Saldo em 31 de dezembro de 2017	(144) 1.117

R\$

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

7. Fornecedores

	2017	2016
Ações socioeducativas	25	80
Consumo e manutenção	11	35
Serviços prestados	64	9
Outros	22	1
	122	125

8. Obrigações sociais a recolher

		2010
Provisão de férias	137	17
Programa de Integração Social - PIS	7	7
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	25	29
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	39	42
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	30	41
	238	136

2047

2040

9. Provisão para riscos

Riscos trabalhistas

Em dezembro de 2017, a Associação não possui contingências de natureza trabalhista classificadas com prognóstico de perda provável, conforme opinião dos assessores jurídicos, não havendo necessidade de constituição de reservas para fazer, face a desfechos desfavoráveis.

IRRF sobre os rendimentos financeiros

Com a promulgação da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, as entidades imunes passaram a ser tributadas pelo IRRF sobre os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras de rendas fixa e variável.

A Associação, alegando inconstitucionalidade da Lei e amparada por liminar concedida em Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.802-3, expedida pela Justiça Federal em dezembro de 1997, não tem os seus rendimentos tributados pelo IRRF desde janeiro de 1998.

A Associação, com base na opinião de seus assessores jurídicos, que avaliam como remota a possibilidade de perda, não constituiu provisão para a eventual perda do referido processo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

9. Provisão para riscos--Continuação

Isenção de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU

A Associação recebeu uma comunicação da Prefeitura da Cidade de São Paulo - Subdivisão de Imunidades, revogando a imunidade tributária do IPTU, alegando que a contribuinte não teria comprovado atendimento aos requisitos legais para a manutenção do benefício de isenção, relativo aos exercícios de 2009 a 2015. Em 31 de dezembro de 2017, os assessores jurídicos da Associação classificaram essa causa com probabilidade de perda possível, não tendo sido, portanto, contabilizadas provisões para riscos no valor de R\$ 116.

10. Informações sobre a natureza de despesas na demonstração do resultado

A Associação apresentou a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

		2016
Despesa com pessoal	(5.491)	(5.162)
Materiais de consumo e manutenção	(1.563)	(1.853)
Taxas e contribuições	(799)	(553)
Serviços prestados	(245)	(258)
Depreciações	(144)	(145)
Eventos beneficentes, ações socioeducativas e outros	(1.761)	(1.813)
	(10.003)	(9.784)

Adicionalmente, a Associação recebeu a título de doação, serviços de auditoria, cujos honorários estimados em aproximadamente R\$ 20 em 2017 (R\$36 em 2016).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

11. Subvenções municipais

Representam Termos de Convênios, Instrumentos e Termos de Fomento celebrados com a Prefeitura do Município de São Paulo e o Governo do Estado de São Paulo, para o desenvolvimento de atividades sociais, conforme a seguir:

- Serviço Centros de Educação Infantil unidades conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação;
- Serviço Centro de Crianças e Adolescentes Nossa Vida, Nossa Arte conveniado com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
- Serviço Centro de Juventude Educação Empreendedora para Jovens conveniado com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
- Projeto NOSSA VOZ, NOSSA VEZ, conveniado coma a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.

12. Imunidade tributária

A Associação, que não possui fins lucrativos, é isenta do pagamento de impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com o artigo 150 da Constituição Federal, e também das contribuições sobre o total das remunerações pagas aos empregados, de acordo com o artigo 55 da Lei nº 8.212/91, com a alteração dada pela Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1996.

Em 20 de novembro de 2015, deu entrada com pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, conforme Aviso de Recebimento - Ministério da Educação - 20/11/2015 - José Armando de Souza -0039722, em análise.

Em 2017 e 2016, os recursos recebidos pela Associação foram aplicados em projetos de caráter social, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, e no custeio de suas atividades.

13. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da Associação, representados por títulos e valores mobiliários, contas a receber e fornecedores. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidos das respectivas apropriações de juros, por índices inflacionários, entre outros, conforme aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Valores contábeis e de mercado de instrumentos financeiros

A Administração da Associação considera que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método do custo amortizado, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

c) Riscos de capital

A Associação depende de doações e subvenções para continuar operando e exercendo suas atividades sociais. A Associação entende que continuará recebendo as doações e subvenções necessárias.